

# **A temática étnico-racial na formação inicial de professores de ciências biológicas**

## **The ethnic-racial theme in the teachers of biological sciences initial formation**

Maria da Conceição Costa Melo<sup>1</sup>

Suzane Bezerra Franca<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Docente na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Autora -  
<costamcjm@yahoo.com.br>

<sup>2</sup>Docente na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Coautora -  
<suzanefrancaufpe@gmail.com>

### **Resumo**

Desde cedo o povo negro teve sua história e cultura silenciadas de diferentes maneiras, inclusive através da educação oferecida no âmbito escolar. Como fruto de relações de poder, o país tem convivido com o racismo, o preconceito e a discriminação. Este trabalho analisa a abordagem da temática étnico-racial, no âmbito da Licenciatura em Ciências Biológicas. Os dados revelaram desconhecimento de conceitos relativos à temática e à ausência dessa abordagem durante toda a formação escolar dos licenciandos.

**Palavras-chave:** Ensino de biologia. Educação étnico-racial. Estágio supervisionado. Formação inicial de professores. Biologia.

### **Abstract**

Early the black people had his/her history and culture silenced of different ways, besides through the education offered in the school extent. As fruit of relationships of power, the country has been living together with the racism, the prejudice and the discrimination. This work analyzes the approach of the ethnic-racial theme, in the extent of the Degree in Biological Sciences. The data revealed ignorance of relative concepts to the theme and the absence of that approach during all the school formation of the licentiates.

**Keywords:** Biology teaching. Ethnic-racial education. Supervised apprenticeship. Initial formation of teachers biology.

## Introdução

Dentre as perspectivas do Ensino de Biologia frente às mudanças necessárias encontra-se o trabalho pedagógico relacionado à Multiculturalidade, tendo em vista a diversidade cultural do Brasil. Assim, questões relacionadas ao racismo, aos preconceitos raciais e discriminações de minorias étnicas e religiosas devem ser de interesse do professor de Biologia (KRASILCHIK, 1996). Entretanto, as pesquisas da área de ensino de ciências têm sinalizado uma incipiente abordagem das temáticas étnico-raciais, tanto nas investigações, quanto no debate das licenciaturas na área de Ciências (VERRANGIA; SILVA, 2010; FERNANDES, 2015).

Portanto, é detentora de uma história de produção de discurso, que acabou marcando o povo negro de forma negativa, mas que os avanços ocorridos na segunda metade do século XX na área de genética colocaram por terra qualquer intencionalidade de classificar a espécie humana em raças distintas (MUNANGA, 2004).

De fato, as ações afirmativas entendidas aqui como políticas práticas, que tendem à superação das desigualdades conferidas a determinados grupos sociais e étnico-raciais, ainda é algo ausente no Ensino Superior, em particular, nos cursos de formação docente. Apenas o curso de Pedagogia tem incorporado em seu currículo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, através da oferta de disciplina optativa. Assim, passado mais de dez anos da implantação da Lei nº 10.639/03 determinando a inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileiro nos currículos em todos os níveis de ensino, da publicação da Resolução CNE/CP 01/2004 recomendando que as instituições de ensino superior incluíssem “nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004” (BRASIL, 2004), pouco se avançou nos cursos de formação inicial e continuada de professores.

Do nosso ponto de vista, provavelmente, as dificuldades de adequação passam pela superação da racionalidade hegemônica que atravessa os modelos epistemológicos e metodológicos dos cursos de formação inicial, alimentadores da manutenção de currículos lineares e conservadores. A diversidade étnico-racial é uma questão de interesse da sociedade e da educação brasileira, logo carece ser problematizada no campo acadêmico. É neste contexto que, desde 2015, tem sido abordada no estágio supervisionado na Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco.

Destaca-se, de antemão, que o docente universitário e da educação básica precisa estar sensível à incursão dessa natureza em sala de aula. Entretanto, a abordagem das relações de poder produzidas historicamente nas/pelas práticas sociais desfavoráveis ao povo negro é uma tarefa complexa, mas necessária.

Assim, o estágio supervisionado deve produzir condições para desenvolver nos licenciandos leituras sobre as realidades que se apresentam nas diferentes escolas. Nesse sentido, Pimenta e Lima (2008) afirma que o estágio é essencial para a construção da identidade no processo formativo dos professores.

Aqui a identidade docente é entendida como um processo dinâmico e permanente, construída por um conjunto de conhecimentos e saberes, que acaba emergindo em seus momentos de reflexão e de atuação pedagógica. Um jogo de saberes e de conhecimentos relacionados à sua escolarização, formação, vida cotidiana, pessoal e sala de aula, entrando sempre em ação e o constituindo de forma deliberada (TARDIFF, 2002). É nessa perspectiva que será discutido neste trabalho a inserção da temática étnico-racial. Enfatizar-se-á que a escolha reside no fato de se perceber a ausência de temática relacionada à questão étnico-racial, não aparecendo no próprio currículo do curso.

## Referencial teórico

O combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação deve ser constante e exige a reeducação da sociedade, do Estado, da escola. Nessa perspectiva, a participação do Brasil na Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001, na África do Sul, que culminou com a assinatura da Declaração de Durban, assumindo o compromisso de promover políticas de Estado, para a prevenção, a educação e reparações das atrocidades cometidas ao longo da história do país ao povo negro foi um marco decisório na deliberação do conjunto de ações. Esse processo teve início com a implantação da Lei nº 10.639/03 determinando a inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos em todos os níveis de ensino da educação brasileira. Desse modo, a LDB, Lei nº 9.394/96, foi alterada, posteriormente modificada pela Lei nº 11.645/08, estabelecendo a mesma orientação para a temática indígena.

Dessa forma, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com base nos dispositivos legais a Lei nº 10.639/03, o Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004, é mais um documento para orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições educacionais, o que está posto na lei supracitada e na Lei nº 11.645/2008, com vista a uma sociedade mais justa e equânime. Agora, o desafio é desenvolver práticas pedagógicas efetivas, formação inicial e continuada de professores e materiais didáticos para promover a discussão. Portanto, a adoção de uma postura política e pedagógica que vise a superação do racismo, do preconceito e da discriminação (BRASIL, 2004, p. 17), uma “consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e às discriminações” no desenvolver do trabalho docente, inclusive do âmbito universitário.

Projetar atividades dirigidas à educação das relações étnico-raciais é pensar em situações que possam romper com quaisquer sentimentos de inferioridade e superioridade que ainda possam atravessar as relações de poder engendradas na sociedade brasileira. Por isso, considera-se pertinente a discussão em torno da noção de raça, pois, de um modo ou de outro, as ações afirmativas acabam trazendo para o cerne da questão esse termo. Desde cedo, os estudantes universitários vêm lidando com o uso das categorias de cor (preto, branco, pardo, amarelo e indígena), no preenchimento de diversos formulários, inclusive os das próprias instituições acadêmicas, sem, no entanto, tais categorias, que divide o mundo social, serem problematizadas.

Esse termo faz presente no imaginário social como sendo uma entidade natural e não cultural historicamente datada. Contudo, essa impressão não está circunscrita apenas na escola, no âmbito familiar, nos contextos culturais dos estudantes, mas também, nos próprios espaços acadêmicos. A ideia de que o conceito de raça está relacionado aos caracteres anatômicos, bioquímicos e genéticos, entendidos como definidores dos diferentes grupos sociais, é latente no imaginário social. Essa forma de impressão diluída no tecido social tem interferido no modo de se perceber e de se relacionar com o outro, inclusive no meio universitário. Portanto, propor a discussão em torno do conteúdo de raça foi uma maneira que encontramos de introduzir a Educação das Relações Étnico-raciais na disciplina de Estágio de Ensino de Biologia 2, uma vez que “combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola” (CNE/CP 3/2004, 2004, pp.14-15).

De fato, o que se está colocando é apenas uma possibilidade de se experimentar instantes para refletir acerca da seleção dos possíveis conteúdos a serem incorporados nos currículos dos

cursos de formação de professores/as para a educação básica. Portanto, a criação de espaços favoráveis à emancipação de homens e mulheres passa por mudanças do ponto de vista estrutural, conceitual, epistemológico e político no âmbito universitário e escolar. O curso de Licenciatura de Ciências Biológicas tem muito a contribuir, tendo em vista que a Biologia se constituiu a partir das Ciências Naturais. Portanto, é detentora de uma história de produção de discurso, que acabou marcando o povo negro de forma negativa, mas que os avanços ocorridos na segunda metade do século XX, na área de genética, colocaram por terra qualquer intencionalidade de classificar a espécie humana em raças distintas. Considera-se que esse processo histórico pode ser trabalhado em sala de aula para a desconstrução do discurso que atravessa e impele a maioria da sociedade brasileira.

Dito isso, indaga-se como a disciplina de Estágio em Ensino de Biologia 2 pode contribuir para romper com o silêncio latente no Curso de Licenciatura de Ciências Biológicas com vistas à inserção de temáticas étnico-racial numa perspectiva de melhoria das relações étnico-raciais e, conseqüentemente, formação de novos conhecimentos, procedimentos, atitudes e valores. No sentido de encontrar pistas que contribuam para responder tal questionamento propõe-se uma análise crítica acerca da história do conceito biológico de raças humanas, culminando com a abolição do conceito de raça do ponto de vista biológico na segunda metade do século XX, pela comunidade científica.

## **Metodologia**

Entre as motivações para a realização deste trabalho foram destacadas as aproximações com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro do Centro de Educação da UFPE, estimulando assim, a participação dos estudantes das disciplinas em encontros promovidos pelo NEAB. A disciplina de Ensino de Biologia, denominada EEB2 tem carga-horária de 90 horas, sendo 60 práticas e 30 destinadas a conteúdos e orientações. Entre as atividades, destaca-se os seminários temáticos. Sendo assim, serão apresentados vários temas de relevância para a formação dos futuros professores, entre os quais a temática “A análise crítica sobre a história do conceito biológico de raças humanas”.

Participaram dessa pesquisa de intervenção didática duas turmas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (EBB2). De acordo com o projeto do curso vigente, essa disciplina ocorre no quinto período. Destaca-se que a maior parte dos licenciados já estava envolvida com pesquisa (PIBID, PIBIC). Nossa atuação envolveu a pesquisa de textos para subsidiar o seminário, indicações de estratégias e recursos didáticos. Já durante o seminário, atuamos provocando a turma no aprofundamento das questões apresentadas. Além disso, foram realizados registros de falas de licenciandos relativos a concepções anteriores sobre as relações étnico-raciais, aos conhecimentos construídos e as atitudes declaradas a partir do debate da temática.

## **Resultados e Discussão**

Os dados aqui apresentados versam sobre as reflexões suscitadas a partir da abordagem da temática. Assim, a discussão será desenvolvida a partir de três enfoques: Do percurso, que engloba a pesquisa, a elaboração dos recursos e das estratégias; do desenvolvimento, que encerra o modo como ocorreu a condução do debate e por último; das inferências sobre os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, que puderam ser identificados.

Enfocar-se-á que, no primeiro momento, foram identificadas as concepções dos licenciandos a respeito dos conceitos centrais imbricados na temática, quais sejam: raça, etnia e identidade. Assim, a partir do questionamento, existem raças humanas? Observou-se que a maior parte declarou que sim. Foi destacado que os licenciandos envolvidos na investigação, já passaram por toda uma vida escolar e também por uma diversidade de disciplinas do curso, entre as quais, genética, bioquímica, fisiologia humana etc. Segundo esses estudantes, nunca foi vivenciada quaisquer reflexões sobre as temáticas étnico-raciais. Assim, para a totalidade da turma, os aspectos referentes ao modo como o conceito de raça, por exemplo, foi acunhado e se constituiu socialmente, era desconhecido. Reproduziu-se a seguir narrativas que apontam isso.

“A6: Na minha vida escolar não nunca essas questões foram debatidas;

A2: Nas aulas de genética também nunca se abordou aspectos sobre educação étnico-racial”.

Na sequência, a turma foi interrogada sobre o que aconteceu com os humanos que “não existiam” para Europa? Qual era explicação dada para justificar os “outros”, naquela época, do ponto de vista teológico? Uma linha do tempo foi apresentada, sendo explorado o pensamento científico da época e os interesses políticos econômicos e culturais vigentes. Lançaram questionamentos: Para você existe diferença entre raça, identidade, cor e etnia? Houve uma exposição sobre a construção do conceito de raça humana, fazendo uma ponte com as impressões existentes sobre raça na sociedade média, século XV e XV. Foi aludido o surgimento do termo raça na área das Ciências Naturais, no âmbito da zoologia e botânica, objetivando diferenciar animais e plantas.

O uso da estratégia seminário permite que se estabeleça relação entre o ato de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar, enquanto os estudantes participam desse processo em que se ensina e se aprende o conhecimento. Sem sombra de dúvida, esse repertório pode ser acionado em situações futuras, que requeiram deles posicionamento frente a questões sociais. Por outro lado, as informações não são trabalhadas de forma estanque, mas conectadas a um determinado contexto histórico-cultural (FREIRE, 1996).

Outro importante aspecto da abordagem foi possibilidade de ampliar a interlocução com outras áreas de conhecimento no tratamento da questão, do caráter social em jogo e do processo de ressignificação do conceito de raças humanas nas Ciências Sociais e Humanas. Toda a discussão em torno da temática suscitou o uso de vários gêneros textuais, o debate dos conceitos de Raça, Etnia e Identidade com base na produção das diferentes áreas do conhecimento. A discussão foi direcionada para pensar como trabalhar a temática nas escolas.

Sobre os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sobre a temática, observou-se que, para construção de um entendimento sobre as relações étnico-raciais, fez necessária a explicitação de conceitos envolvidos no tema, pertencentes a distintas áreas de conhecimentos, como das ciências biológicas, sociais e humanas. Entre os conceitos enfatizados, apontar-se-á os pertencentes ao campo da biologia: DNA, hereditariedade, sistemática, genoma humano, fenótipo, genótipo, identidades sociais etc. Já nas ciências sociais e humanas, os modelos de sociedade, a sociedade na idade antiga, média e contemporânea, relações de poder e tantos outros. Por isso é relevante articular a discussão com teóricos da vertente pós-estruturalista relacionados com os estudos culturais, que tratam da questão das identidades sociais.

Com relação ao desenvolvimento de atitudes para docência em ensino de biologia, foi feita referência ao momento, no qual foi ratificado que a instituição escolar é um dos espaços sociais que mais se pode observar situações de racismo. A partir disso houve um desencadeamento de diálogos, conforme exposto a seguir.

- A21: Quando eu for professor/a irei incluir a abordagem do tema em minhas aulas;  
A30: Fiquei muito feliz em poder estudar esse tema;  
A49: Irei discutir as questões com amigos e familiares;  
A23: É preciso falar sobre discriminação racial sempre, porque a falta de debate contribui para o quadro que vivemos;  
A35: Ficarei atento para identificar situações de racismo na escola.

Como pode ser observado nas declarações acima, os/as estudantes incluem em suas falas uma intencionalidade de assumirem posturas diferentes frente a questões étnico-raciais, algumas mais relacionadas à vida cotidiana e outras que demonstram específicas implicações para uma futura prática docente. Ademais, vários licenciandos negros relataram histórias de discriminação vivenciada em diferentes espaços de convivência. Uma avaliação geral da atividade pode ser visualizada nas declarações a seguir.

- A11: Eu não sabia que o conceito de raça humana não existia;  
A2: Fiquei surpreso em saber como os conhecimentos do campo da biologia foi se dando  
A43: Eu já passei por situações de racismo.

Portanto, acredita-se que a prática docente do Ensino de Biologia deve ser um espaço catalizador de questões relacionadas ao racismo, preconceitos e discriminações, e também de estratégias didáticas favoráveis à crítica e à criatividade.

## Considerações finais

A partir da realização desta pesquisa, ressaltou-se a ausência da abordagem de temática étnico-racial no currículo do curso, juntamente com outras que carecem de abordagem na escola, como as questões de gênero, diversidade sexual etc. Assim, destacou-se a validade da pesquisa, na medida em que supre em parte essa carência. A receptividade e identificação da turma com a temática foi tamanha, que se resolveu mantê-la no presente semestre e de igual modo, seu debate foi bastante profícuo. Para, além disso, a temática também passou a compor a Disciplina Fundamentos de Ciências no Curso de Pedagogia.

Ademais, foi reconhecida o quão ampla é a discussão, diante da intolerância ainda presente na sociedade, nas escolas e nas universidades. Desse modo, entendeu-se que abordagens como essas não dão conta das tantas concepções distorcidas que estão cristalizadas. Assim, reitera-se a necessidade de que outros componentes curriculares da formação inicial de professores de biologia, como genética, bioquímica, botânica, fisiologia humana, anatomia etc. não negligenciem essa abordagem da temática.

## Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 4 jun. 2016.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

CNE/ CP 3/2004. **Parecer nº3 /2004 de 10 de março de 2004.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2016.

FERNANDES, Kelly Menezes. Biologia, Educação das Relações Étnico-Raciais e Inversão Epistemológica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar.** Rios de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311 -323, jun-set, 2015. “Educação e relações étnico-raciais”. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/16194>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia.** 3. ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1996.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb** (Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade brasileira). UFF, Rio de Janeiro, nº 5, p. 15 – 34, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 3. ed. revisão técnica José CerchiFusari. São Paulo-SP: Cortez, 2008.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronila Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa,** v. 36, n. 3, p. 705-718, set./dez., 2010.